

Cadernos **IHU***ideias*



ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
Ano 15 • nº 259 • vol. 15 • 2017

Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?

Moysés Pinto Neto



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?

Identity of the left or radical pragmatism?

Resumo:

O texto investiga o processo de transformação do campo político de esquerda no Brasil em uma *identidade*, pressupondo que a identidade é uma espécie de ossificação das virtualidades da diferença, ou seja, uma *perda de plasticidade*. Para tanto, busca descrever o processo político brasileiro de 2002 a 2017, passando por lulismo, neodesenvolvimentismo e nascimento da esquerda cultural. Apresenta, a partir de um experimento de perspectivismo político, uma angulação diferente da esquerda desde o centro – e quais as respectivas incompatibilidades. Finalmente, especifica as três estratégias possíveis diante desse afastamento: a resistência, que é o aprofundamento da identidade, o reformismo – que é a ocupação do centro – e o pragmatismo radical, entendido como a tradução de intensidade que não precise passar pelo crivo identitário.

Palavras-chave: Identidade; Esquerda; Pragmatismo Radical.

Abstract:

The paper discusses the process of transformation of the left's political field in Brazil into an *identity*, assuming that identity is a kind of ossification of the virtualities of difference, i.e. *a loss of plasticity*. For this purpose, it describes Brazil's political process from 2002 to 2017, including Lulism, neodevelopmentalism and the emergence of the cultural left. It then presents, based on an experiment of political perspectivism, a different angulation of the left from the center and the respective incompatibilities. It finally specifies the three possible strategies vis-à-vis this distancing, viz. resistance, which is a deepening of the identity, reformism, which is the occupation of the center, and radical pragmatism, understood as the translation of intensity that does not need to be submitted to the identity criterion.

Keywords: Identity; Left; Radical Pragmatism.

Cadernos **IHU***ideias*

Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?

Moysés Pinto Neto

ULBRA – Universidade Luterana do Brasil

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 15 • nº 259 • vol. 15 • 2017

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XV – Nº 259 – V. 15 – 2017

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Jéferson Ferreira Rodrigues; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Fagion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Jéferson Ferreira Rodrigues

Imagem da capa: YangTS (Flickr)

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Gustavo Guedes Weber

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003). – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. – v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

IDENTIDADE DE ESQUERDA OU PRAGMATISMO RADICAL?

Moysés Pinto Neto

ULBRA – Universidade Luterana do Brasil

1. Política e Identidade

Como sempre pondera Giorgio Agamben, aprendemos a ver a política de outra forma a partir dos estudos de Michel Foucault. O modo tradicional, que consistia em examinar instituições a partir de um quadro jurídico-abstrato, ainda hoje muito popular no campo do liberalismo político, ou ainda a visão economicista do marxismo em voga na época, perdem força em relação a um tipo de análise micrológica no qual as forças constituintes são novamente liberadas das posições reificadas que a teoria do Estado as manteve; ou, como diz o próprio italiano, “na direção de uma análise sem preconceito dos modos concretos com que o poder penetra no próprio corpo de seus sujeitos e em suas formas de vida” (Agamben, 2002, p. 13; ver ainda Foucault, 2016, pp. 13-15, 23-25). Com isso, apresenta-se um quadro em que tudo está em jogo permanentemente. O estável torna-se um caso da instabilidade; a identidade, um caso da diferença. Se tomarmos o pensamento de Foucault ao lado de outros filósofos do mesmo período, como Deleuze e Derrida, era uma nova leitura ontológica que tomava forma, invertendo o primado da identidade não apenas de modo dialético, mas a partir de um pensamento que tomasse a diferença como força constituinte da própria estabilidade. Seja na forma de um fundo virtual ou pré-individual, seja pela *dyferença* (différance), a própria noção de identidade passou a ser secundária, não mais associada a uma *arkhe* ou mesmo um *telos* (no início ou no fim, sempre uma presença total a si mesma – a verdade descoberta – estaria posta), mas enquanto um *habitus* que estabiliza uma gama infinita de virtualidades. De certo modo, é possível perceber nesse campo de pesquisa não apenas a preocupação com a construção de uma ontologia não totalitária que preservasse a diferença não como acidente a ser absorvido em uma unidade posterior, mas também como um seguimento da questão que abalroou a Escola de Frankfurt décadas antes – que era a forma de subjetivação enquanto as-

sujeitamento dos indivíduos ao poder. A explicação marxista clássica aqui era insuficiente: revelar apenas a ideologia como motivo de manipulação não explicava a eclosão *de baixo para cima* de fenômenos como o fascismo e o nazismo, capazes de precipitar multidões, assim como as próprias estratégias de terror adotadas pelo comunismo stalinista.

O próprio Agamben, na passagem mencionada, segue perguntando em relação aos trabalhos de Foucault: “Que exista um aspecto subjetivo na gênese do poder já estaria implícito no conceito de *servitude volontaire* em La Boétie; mas qual é o ponto em que a servidão voluntária dos indivíduos comunica com o poder objetivo?” (Agamben, 2002, pp. 13-14). E Foucault, por si mesmo, já se perguntara: “em vez de perguntar-se como o soberano aparece do alto, procurar saber como se constituíram pouco a pouco, progressivamente, realmente, materialmente, os súditos, o súdito, a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, das energias, das matérias, dos desejos, dos pensamentos etc.” (Foucault, 2016, p. 25). Finalmente, o campo de indagação não parece ser diferente em *O Anti-Édipo*: “nunca Reich mostra-se maior pensador que quando recusa invocar o desconhecimento ou a ilusão das massas para explicar o fascismo, e exige uma explicação pelo desejo, em termos de desejo: não, as massas não foram enganadas, elas desejaram o fascismo em certo momento, em determinadas circunstâncias, e é isso que é necessário explicar, essa perversão do desejo gregário” (Deleuze e Guattari, 2011, p. 47)¹. Em outros termos, é impossível compreender fenômenos políticos sem passar por essa junção infinitesimal de elementos que não se reduzem às grandes narrativas do Estado, da soberania e todas as mediações que se estabeleceram no século XX para dar conta do problema da ideologia (por exemplo, mídia, geopolítica, igreja etc.)².

Essas precauções metodológicas servem para afastar explicações meramente negativas para os fenômenos vivenciados no Brasil e no mundo que funcionam apenas sob o dispositivo da Grande Conspiração que

1 E, de modo mais complicado para explicar, a resposta de Derrida a Lévi-Strauss colocava semelhante questão, desconfiando da pureza da relação face a face: “o valor de ‘autenticidade social’ é um dos dois polos indispensáveis na estrutura da moralidade em geral (...) Reconhecer a escritura na fala, isto é, a diferença e a ausência de fala, é começar a pensar o engodo. Não há ética sem presença *do outro*, mas, também e por conseguinte, sem ausência, dissimulação, desvio, diferença, escritura. A arqui-escritura é a origem da moralidade como da imoralidade. Abertura não-ética da ética. Abertura violenta” (Derrida, 2004, p. 171).

2 Ver Foucault (2016, pp. 29-30).

controla todas as peças manipulando os agentes e, no final das contas, submetendo toda população aos seus desejos. Se bem que não se possa afastar aqui e acolá a existência de conspirações (em um dogmatismo invertido, pois afinal conspirações também são montagens), desenvolver uma analítica das forças em jogo envolve romper com esse pano de fundo racionalista e admitir o componente aleatório que se estabelece no choque entre agências heterogêneas, compondo um verdadeiro palimpsesto de inscrições que estão em permanente desconstrução e reorganização. O conceito de identidade intervém aqui para pensar um certa força reificadora que congela o turbilhão (des)construtivo que remodela permanentemente o espaço político. A identidade é um fechamento estrutural que paralisa esse movimento, estabelecendo polaridades estilizadas e seus próprios jogos dialéticos, ou simplesmente *uma perda de plasticidade*. E o momento político que vivemos, para essa leitura, vive paradoxalmente o despedaçamento das identidades e a sua afirmação histriônica, reduzindo a diversidade do palimpsesto de inscrições a um jogo oposicional que funciona por *feedbacks*. Sem a criação de espaços que permitam cortar de forma oblíqua essas oposições – ou, retomando Derrida, que desconstruam essas polaridades –, a tendência é uma reafirmação em espiral da crise política. O meu ponto será que é impossível desenvolver uma saída sem o mínimo de perspectivismo político. É preciso habitar, no mínimo temporariamente, o ponto de vista do outro a fim de estabelecer pontes de contato que rompem com a lógica do insulamento – não por acaso Christian Dunker associa o momento atual à “lógica do condomínio” (sobre o tema, Dunker, 2015, pp. 47-106).

2. O CHOQUE DE 2013 E A RECONFIGURAÇÃO DO CAMPO POLÍTICO NO BRASIL

O Governo Lula foi uma composição de forças heterogêneas. Em 2002, Lula não representava apenas a esquerda: representava o projeto de fazer o Brasil pagar sua dívida histórica de exclusão social na medida em que a economia encontrava o equilíbrio com o sucesso do Plano Real em conter a superinflação. Esse projeto foi organizado a partir de uma composição de múltiplas forças sociais, com o equilíbrio de antagonismos quase ao modo freyerano. A própria batalha dessas forças desloca-se das ruas, seu habitat natural, para os ministérios, traçando-se uma incorporação dos antagonismos sociais para a burocracia estatal³ (por

3 Devo essa colocação a Idelber Avelar, nos rascunhos que trabalhamos para um livro que seria escrito conjuntamente.

exemplo, na rivalidade entre Meio Ambiente, cuja titular era uma ambientalista, e Casa Civil, cuja titular era uma desenvolvimentista; Agricultura, cujo titular era ruralista, e Desenvolvimento Agrário, cujo titular era simpático ao MST; ou entre Fazenda, de visão econômica ortodoxa ou neoliberal, e Desenvolvimento, de visão heterodoxa ou desenvolvimentista). O lulismo não foi resultado de um programa predeterminado ou um planejamento estrito, nem da efetivação de uma tendência gerada por acumulação histórica. Sua *invenção* ocorreu em um contexto acidentado e repleto de improvisos. Ele foi se conformando como consequência de uma série de entrechoques inesperados, composições e recomposições improváveis e correlações insólitas de forças. Sua forma se nutre de uma plasticidade⁴ – capacidade de adotar múltiplas formas – associada ao sujeito que a nomeia, Luiz Inácio Lula da Silva. O lulismo, portanto, foi um *híbrido plástico*.

Para a esquerda radical, evidentemente isso significava uma desvantagem. Não por acaso nos dois primeiros anos de governo já surgia o vaticínio do fracasso total por parte de intelectuais engajados, como Paulo Arantes (2007), Ruy Braga (2012, pp. 204-214) e Francisco de Oliveira (Oliveira, 2003; Oliveira, 2007, pp. 15-45; Oliveira, Braga e Rizek, 2010), somado à expulsão dos petistas mais à esquerda com a Reforma da Previdência que acabou redundando na criação do PSOL. Na medida em que o lulismo não pretendia ultrapassar a perspectiva da conciliação de classes, nem tampouco romper com o tripé neoliberal na economia, muitos se dissociavam e acabavam considerando que o lulismo não era muito diferente do seu antecessor tucano. No entanto, a partir de 2005 começam a aparecer pesquisas e resultados que indicariam o sucesso das políticas sociais do lulismo, promovendo a ascensão social de segmentos que viviam na linha da pobreza e atacando fortemente a miséria. São essas forças subterrâneas que irão formar o magma do vulcão Lula, reeleito em 2006 para surpresa dos que imaginavam ser um adversário fácil de derrotar a partir do escândalo do Mensalão (que abateu seus principais assessores e ministros), com um deslocamento do eleitorado tradicional do petismo cuja narrativa foi muito bem construída por André Singer no seu importante livro *Os Sentidos do Lulismo: reformismo fraco e pacto conservador*. Recordo rapidamente que a tese de Singer era de um conservado-

4 A ideia de plasticidade vem dos trabalhos de Catherine Malabou, por exemplo: “Elle ne s’imbolise pas, ne se présent pas, reste un rassemblement mobile et, à ce titre, précaire. Le lien, le liant, la synthèse sont aujourd’hui plastiques – et il faut mesurer aussi les conséquences politiques d’une telle affirmation – à la fois résistents et fragiles, solides et prêts à se rompre. Je voudrais continuer à montrer que la plasticité *configure les traces, les efface pour les former sans les rigidifier pour autant*” (2005, p. 114).

rismo popular de base – fundado no medo de que grandes alterações da ordem significassem uma piora ainda maior da qualidade de vida – e as medidas de baixa dosagem na redução da pobreza do lulismo, com resultados palpáveis, teriam alimentado esse segmento.

Assim, o PT, de partido sustentado pelas classes médias – em especial intelectuais, funcionários públicos, artistas e movimentos sindicais – teria se convertido em partido de massas, fazendo jus à busca do *popular* que sempre foi a meta de Lula (Singer, 2012, pp. 51-124). Esse diagnóstico foi compartilhado em maior ou menor escala por diversos intérpretes – entre os quais, por exemplo, Giuseppe Cocco, que via no Bolsa Família/Pontos de Cultura embrião da renda mínima capaz de organizar a classe trabalhadora na era do capitalismo cognitivo e promover um devir-Sul do mundo (Cocco, 2009, pp. 257-274); Jessé Souza, que via na inclusão pelas políticas sociais a formação de uma nova classe trabalhadora, os batalhadores (2012, pp. 19-57); ou ainda Marcelo Neri, com a tese de que estaríamos diante de uma nova classe média ascendente e o impacto da elevação substantiva do salário mínimo, Bolsa Família e políticas de microcrédito teriam um impacto semelhante ao sucesso do Plano Real, apelidando o pacote por isso de “Real do Lula” (Singer, 2012, p. 68; Neri, 2010)⁵.

Apesar disso, é impossível simplesmente dizer que o governo Lula era um governo identitário de esquerda. Tudo que permeava o sucesso de Lula com os pobres era ambíguo, atravessava as polaridades em direção a algo inédito do ponto de vista das fórmulas. Houve até momentos em que se chegou a sonhar que, diante do ocaso de todos os modelos espalhados pelo mundo, o Brasil pudesse criar o seu⁶ – um pouco na linha da “civilização tropical” de Darcy Ribeiro. Contudo, o segmento mais duro de esquerda governista, composto por desenvolvimentistas como Aldo Rebelo, Carlos Lessa, Luciano Coutinho, Dilma Rousseff, Nelson Barbosa e Aloizio Mercadante, tinha outros planos. Sua ideia era, aproveitando a também bem-sucedida política externa do lulismo, assumir o posto de liderança que os BRICS significavam, confrontando as potências do Norte com um projeto nacionalista de crescimento econômico amparado na indústria e na construção civil. Era chegado o momento de confrontação

5 Ver ainda, por exemplo, Pochmann (2014, pp. 62-71), Chaui (2013, pp. 123-135), Tible (2013), Turino (2010, pp. 127-142, 185-202, 240-241).

6 “O Brasil tem a oportunidade única de ser um dos poucos lugares da Terra onde um novo modelo de sociedade e de civilização poderia se constituir. Somos um dos poucos países do mundo que tem recursos suficientes para inventar outra ideia e outra prática de desenvolvimento. Parece que aprendeu muito pouco com a história recente do mundo.” (Viveiros de Castro. “Antropologia Renovada”. Entrevista à Revista Cult: <https://revistacult.uol.com.br/home/antropologia-renovada/>). Ainda, por exemplo, Turino (2010, pp. 141-142).

definitiva com o neoliberalismo⁷. Enquanto isso, no entanto, Lula dirigia-se aos emergentes como *novos consumidores*, fazendo elegia da ampliação do capitalismo para as classes baixas que as políticas sociais teriam promovido. O único traço desse híbrido plástico (lulismo) que poderia comportar alguma identificação era a luta contra o ressentimento da classe média contra a ascensão dos pobres. Por isso, estórias como a da mulher rica que critica o sujeito de chinelo no aeroporto alegando que estaria se transformando em rodoviária, ou a colunista que mostra seu desprezo pela fantasia cafona da primeira-dama Marisa Letícia em festa junina no Planalto eram combustível para a afirmação do projeto lulista. Essa ascensão, contudo, nunca era traduzida em termos de “vitória da esquerda” ou outra expressão do gênero (inclusive se ironizava o fato), mas simplesmente de um novo Brasil em gestação com protagonismo das classes populares. Nessa época, tudo estava em aberto.

A descoberta do Pré-Sal e a ascensão definitiva de Dilma Rousseff, no entanto, irão transformar a figura governista. O híbrido plástico apoiado sobre um povo em metamorfose vai gradualmente transformando-se em uma figura de duas cabeças. De um lado, o progressivo abandono da política, o distanciamento dos movimentos sociais, as concessões em temas de direitos humanos, a política agressiva contra os índios e ribeirinhos, a consolidação do pacto com o agronegócio e seus latifundiários. De outro, uma política econômica inclinada para o desenvolvimentismo, relativizando o tripé ortodoxo com “contabilidade criativa”, investimento nos “supercampeões” por meio do BNDES e de isenções fiscais, atitude ambivalente em relação ao mercado financeiro (ao mesmo tempo em que buscava conter os juros, nunca sinalizava a ruptura com o equilíbrio fiscal), busca da recuperação da indústria por meio de aliança com a “burguesia nacionalista”, aceleração de megaobras – sobretudo em função dos grandes eventos que o Brasil iria sediar: Copa e Olimpíadas. Gestar-se-ia, assim, o “Brasil Grande”, um novo Estado de bem-estar social produzido nos moldes das potências do Norte nos “Anos Dourados” e apoiado, na medida do possível, nas ideias dos pensadores do Sul como Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares.

Começa, então, a ruptura de uma segunda esquerda. Se alguns estavam dispostos a aceitar uma certa dose de “neoliberalismo” diante dos

7 Para uma visão dessas políticas, ver Singer, 2012; Bresser-Pereira, 2013; Barbosa, 2013; Beluzzo, 2013; Pochmann, 2013; Dedecca, Trovão e Souza, 2014. O trabalho de Nelson Barbosa, em especial, divide em etapas os planos econômicos e suas mudanças dos últimos anos.

resultados palpáveis do lulismo, o projeto Brasil Grande começa a provocar dissidências na medida em que sacrificava a política – e aqui falamos de ecologia, dos direitos dos índios, da população LGBT, da política de segurança, das alianças com fundamentalistas religiosos, entre outros – em nome do projeto econômico. Gradualmente, um campo autonomista começa a se configurar a partir de campanhas pela defesa dos direitos dos índios ou do meio ambiente – por exemplo, quando, diante da ameaça de suicídio coletivo dos Guaranis Kaiowás pelo desapossamento iminente das suas terras, os ativistas virtuais se solidarizam alterando seu nome, ou ainda contra a construção da Usina de Belo Monte (#pareBeloMonte), entre outras (por todos, Viveiros de Castro, 2011). Esse ecossistema aos poucos vai conectar-se aos movimentos mundiais que demandavam mais democracia e alternativas diante das oligarquias políticas e econômicas mundiais, como a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, o 15-M e todos os outros espalhados pelo mundo inteiro e viralizados a partir da integração com as plataformas digitais, sobretudo Facebook, Twitter, Instagram e YouTube. E desse ecossistema, somado ao trabalho de maior fôlego dos próprios movimentos autonomistas que foram se gestando desde o ciclo da alterglobalização nos anos 90, nascerá o choque que irá derrubar toda configuração de forças que se estabeleceu a partir da Nova República.

A confluência entre redes e ruas começa a viralizar em 2013, desde a revolta em Porto Alegre até atingir sua culminância em São Paulo, com a organização do Movimento Passe Livre, e expressa uma insatisfação difusa que já era diagnosticada pela incapacidade de o governo ter, por exemplo, um projeto de cidade que ultrapassasse aquilo que justamente produz o modelo mais tóxico em termos de urbanismo: hegemonia do mercado da construção civil combinada ao estímulo à indústria automobilística (Maricato, 2011, pp. 42-88 e 171-183). O colapso das cidades acaba desaguardando na pauta do transporte público como direito social, produzindo uma disseminação de novas subjetividades geralmente oriundas do sucesso econômico do lulismo que buscavam, contudo, disputar o projeto em relação ao neodesenvolvimentismo (Maricato, 2013, pp. 19-26; Vainer, 2013, pp. 35-40). Ao longo do processo, o poder midiático foi enfraquecido (como o famoso episódio do programa do jornalista Datena, onde a população defende inclusive protestos violentos) e temos um dos únicos episódios em que o modelo de polícia é fortemente questionado por movimentos de massa (diante da repressão, a pauta da desmilitarização esteve presente) (Judensnaider et al., 2013, pp. 97-100). Mesmo canais mais conservadores da mídia tradicional, como a Revista Veja, produzem reportagens indicando que a pauta da gratuidade do transporte demanda-

da pelos jovens não era impossível. Paralelamente, levando em consideração o desgaste natural que qualquer governo passa com a sequência de mandatos, a classe média passa também a ocupar as ruas com pautas anticorrupção e reivindicações por mais saúde, segurança e educação. Apesar de alguns poucos focos fascistas que demandavam intervenção militar ou caçavam militantes vermelhos, a multidão que sai às ruas em 2013 é uma composição tão híbrida, heterogênea e múltipla quanto o próprio lulismo, com forças políticas sendo cortadas transversalmente em relação à divisão que havia se estabelecido até então. Esse turbilhão sem forma irá desestabilizar as forças políticas institucionais, que reagirão com a demanda por ordem, o aprofundamento dos aparelhos de controle e a chantagem de que a *Realpolitik* era o único caminho possível. No campo da esquerda, há uma definitiva cisão que consolida um campo nomeado *governismo*, atacando os manifestantes das ruas sob diversos pretextos, etiquetando sobre os movimentos a pecha de direitistas ou ingênuos, e o autonomismo como oposição ao Brasil Grande.

3. 2014-2017: A REORGANIZAÇÃO DAS POLARIDADES

2014 é o momento em que o choque é absorvido e metabolizado pelo sistema político. A desconstrução em parte é estancada a partir de uma nova estrutura muito mais polarizada que a anterior. De 2002 a 2013, as divisões normalmente se estabeleciam entre conservadores e progressistas, figurando a maior parte do campo político institucional (comandado por PT e PSDB) e da classe média na condição de progressista. Em 2013, teria sido esse campo – identificado por Marcos Nobre como “antipeemedebista” (2013b) – que, numa confluência imprevisível e improvável, teria ocupado as ruas a fim de protestar contra a velha casta política. O mesmo setor progressista que aprovara Lula com estratosféricos oitenta por cento saía às ruas para protestar por diversas pautas, do próprio direito de protestar até a corrupção sistêmica. É esse híbrido que se desfaz numa grande operação ortopédica (para citar Foucault citado desde a época por Bruno Cava). Essa ortopedia não apenas reconstitui uma fratura desorganizada pelos cortes transversais de 2013 (pedir mais saúde e educação é de direita ou de esquerda? Lutar contra a corrupção é de direita? Mas e o pedido de demonstração das planilhas das empresas de transporte que gerou as ocupações de Câmaras Municipais por manifestantes de esquerda? Estar contra os partidos é anarquista ou fascista?), como refaz a estrutura sob uma forma mais pesada e polarizada.

Não seria difícil demonstrar que foi mais um acidente que causou esse rearranjo. Nas eleições, a morte de Eduardo Campos, candidato

pelo PSB que figurava em terceiro lugar, mas aparentemente sem chances de fazer frente aos primeiros colocados Dilma Rousseff e Aécio Neves, faz com que Marina Silva, candidata que não lograra sucesso em obter registro do seu partido, a Rede, saia na cabeça de chapa. Marina havia sido uma revelação em 2010, com um programa que contara com o apoio de diversos intelectuais de peso – como Leonardo Boff, Eduardo Gianetti, Eduardo Viveiros de Castro, Márcia Tiburi, Gilberto Gil, Luiz Eduardo Soares, entre outros –, tinha experiência de elevado percentual de 20% de votos e era o principal nome lembrado nas ruas após 2013. Logo após seu nome passar a figurar, os índices dispararam, ultrapassam Aécio e põem a campanha de Dilma Rousseff na defensiva. É então que uma campanha de marketing agressivo começa, mobilizando um ecossistema virtual (cuja formação vinha sendo gestada desde 2008, mas recebe sua definitiva forma somente então) e de propaganda política que etiquetava em Marina a pecha de neoliberal (associando-a ao Banco Itaú pelo apoio de Neca Setubal), fundamentalista evangélica e testa de ferro da direita. Intelectuais como Boaventura de Souza Santos⁸ ou Leonardo Boff⁹ adotam um tom militante para desenhar a candidata como principal ameaça da direita diante dos avanços que o petismo havia levado a cabo. Marina era um possível *significante vazio*, para usar a expressão de Laclau que era mencionada por alguns à época, capaz de atravessar a polarização entre petismo e antipetismo, conseguindo adesão entre várias fatias do eleitorado. Pela campanha extremamente agressiva levada a cabo pelo PT e pelo PSDB, além dos seus próprios equívocos, Marina termina despencando entre as escolhas. Mas o *modus operandi* fica como legado da eleição. É aqui que se gestará não apenas a polarização política, mas a *transformação de campos de forças em identidades ossificadas*. Para diferenciar-se de Marina, o PT teve que pagar o preço de dobrar a identidade de esquerda, traçando uma linha rígida que o separa do centro.

O segundo turno de 2014 é o ponto de viragem em que a polarização irá explodir. Com uma população mais envolvida com a política a partir da sensação de potência despertada em 2013, cada lado arma-se com suas armas mais pesadas para vencer o embate. Grande parte do campo de esquerda que havia sido crítico ao governo Dilma recua diante da possibilidade de eleição de Aécio Neves. Forma-se então, em expressão cunhada por deputados muitos conhecidos nas redes sociais – Marcelo

8 “Boaventura: ‘Marina é uma cara nova para a direita’”, entrevista no site Brasil 247. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/poder/118935/Boaventura-Marina-%C3%A9-uma-cara-nova-para-a-direita.htm>.

9 Leonardo Boff, “Marina Silva, aquela que mudou de lado”. Disponível em: <https://leonardo-boff.wordpress.com/2014/09/06/marina-silva-aquela-que-mudou-de-lado/>

Freixo e Jean Willys, do PSOL – o “apoio crítico”, no qual o militante declara seu voto à Dilma reafirmando críticas às políticas do primeiro mandato e esperando uma “guinada à esquerda” no segundo. Ao mesmo tempo, boa parte do campo que havia saído às ruas em 2013 na segunda leva passa ao lado de Aécio, entendendo que a mudança no governo era essencial e começando a formar um caldo mais liberal e/ou neoconservador de compreensão da sociedade. A eleição é decidida por uma fresta mínima de votos. No final, o recuo do segmento tradicional de esquerda que havia, em escalas diferentes, adotado posição crítica ao PT (por motivos iguais ou diferentes que vão desde a “Carta aos Brasileiros” até o #naovaitercopa) acaba sendo o fiel da balança. Mas a conta será paga como?

Contrariando aquilo que era esperado por aqueles que a elegeram, Dilma reassume o governo e nomeia um ministério altamente conservador – ainda mais que o primeiro. Tirando seu núcleo duro desenvolvimentista (do qual a latifundiária Katia Abreu, por exemplo, fazia parte), os nomes são vinculados a bancadas fisiológicas e reacionárias. Além disso, numa manobra duplamente desastrosa, Dilma apoia a formação de partidos fisiológicos para tentar enfraquecer o PMDB e na eleição para Presidente da Câmara dos Deputados lança o petista Arlindo Chinaglia, que perde para o representante do baixo clero Eduardo Cunha. Totalmente sem base na política institucional, Dilma ainda decepciona seus eleitores ao anunciar o representante do Bradesco Joaquim Levy como ministro da Fazenda e em seguida as medidas de austeridade que haviam sido tratadas como “esvaziar os pratos do brasileiro” na sua propaganda política. O impacto foi tão grande que consolidou o termo “estelionato eleitoral”. Com o fim do congelamento artificial do preço dos combustíveis, a inflação dispara e o mercado financeiro, aproveitando a fragilidade, passa a boicotar o governo, congelando investimentos e fazendo pressão por meio dos ativos de acordo com as notícias contra ou favoráveis.

A partir de então, organizações virtuais como o MBL, #Vemprarua e a página Revoltados Online passam a capitanear passeatas contra o governo. Utilizando de estratégias norte-americanas para disseminar ideias liberais e/ou conservadoras (por exemplo, defesa do armamentismo, crítica dos altos impostos, retórica do cidadão de bem explorado pelos parasitas do Estado social, anticomunismo visceral), esses movimentos conseguem ampliar sua base social alimentando a ideia de que a crise brasileira era resultado da visão política da esquerda. Ao mesmo tempo, a Operação Lava-Jato começava a dar seus primeiros frutos. Gestada não apenas por iniciativa da burocracia jurídico-policial, teve inspiração nos próprios movimentos de rua de 2013, que reivindicavam combate à

corrupção, fim do foro privilegiado e autonomia do Ministério Público. A imagem de uma gestão incompetente, politicamente desorganizada e visceralmente corrupta prolifera viralmente.

Essa é a vantagem que a direita adquiriu sobre a esquerda com a vitória de Dilma em 2014: enquanto o militante de direita é *ninguém*, no sentido de que não está preocupado em manter uma linha coerente de atuação e nem se vê como pertencendo necessariamente a um campo fechado, o militante de esquerda passou a ser cada vez mais uma *identidade*, comportando uma linha fechada e coerente de crenças e sendo obrigado a sustentar o fardo da defesa de um governo indefensável aos seus próprios olhos. A relação entre identidade e plasticidade inverte-se. O campo difuso do progressismo – que era dominante na Nova República sob a hegemonia de petistas e tucanos – passa a ser fraturado entre direita e esquerda de modo identitário, formando dois grandes condomínios. Mas, pela sua posição de oposição e o descrédito do governo, o condomínio da direita conseguiu arrastar para sua borda o centro, formando uma ampla maioria que desestabilizou, utilizando estratégias também gestadas em 2013, o campo progressista. A esquerda retroalimentou essa polarização ao reforçar táticas que funcionavam até 2013 – como etiquetar a ignorância e a tolice no adversário ou acusar o moralismo seletivo em quem atacava a corrupção –, mas ia perdendo espaço à medida que ficava claro que ela tampouco tinha resposta para os grandes problemas que mobilizam as pessoas. O surgimento da expressão “isentão” para definir aqueles que recusavam se reduzir a um dos dois polos – “petralhas” e “coxinhas” – é sintomática no sentido de que a estrutura se solidificou e funciona por meio do feedback contínuo entre as duas identidades, dissolvendo o ecossistema híbrido que foi base tanto do lulismo quanto de 2013. O bloco social que era base do PT no começo do processo – sobretudo a classe média universitária, o sindicalismo e o funcionalismo público – volta a ser a protagonista no processo de “resistência ao golpe”. A falta do apoio popular é sentida pela significativa diferença que se estabelecia entre as passeatas dos verde-amarelos, inspirados pelo condomínio da direita, e os vermelhos, inspirados pelo condomínio da esquerda. A esquerda era reduzida ao pequeno segmento dos indivíduos e grupos que se identificavam como esquerda.

4. O NASCIMENTO DA ESQUERDA CULTURAL

Ao mesmo tempo em que a esquerda passava pela sua maior crise desde o começo da Nova República, emergia outro campo – em boa parte, convergente com a esquerda institucional – composto de movimentos

sociais ligados às políticas identitárias. Eles foram produto da reorganização política gestada em 2013 enquanto uma linha de força que se solidificou no período. O feminismo e o movimento negro ocupam então um espaço político de embate cultural no momento em que a esquerda institucional está sendo engolida pelos fundamentalistas do Congresso Nacional. Esses movimentos são amplos e heterogêneos, compostos de multiplicidades de pontos de vista e não raro contêm pautas diametralmente opostas entre si, como é o caso por exemplo do debate em torno da regulação da prostituição ou da criminalização da homofobia.

O filósofo Richard Rorty tem sido muito lembrado recentemente por ter especulado em torno das relações entre a esquerda cultural e o voto popular numa direção muito parecida com a que acabou permitindo a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos¹⁰. Rorty atribui a essa Nova Esquerda – formada a partir da fissura na classe trabalhadora e estudantes durante a Guerra do Vietnã – a diminuição do sadismo na sociedade. “A adoção”, diz ele, “de atitudes das quais a Direita zomba como sendo ‘politicamente corretas’ tornou a América uma sociedade muito mais civilizada do que era trinta anos atrás” (Rorty, 1999, p. 117). Seu habitat, no entanto, está restrito às universidades, sem conseguir dialogar com a esquerda reformista antigamente composta pelos sindicatos, partidos e outras forças favoráveis aos trabalhadores. Além disso, mostra-se incapaz de dar uma resposta aos problemas concretos: a “esquerda acadêmica contemporânea parece pensar que quanto mais alto for seu nível de abstração, tanto mais você pode ser capaz de subverter a ordem estabelecida” (idem, p. 129). No Brasil, também a esquerda cultural é reflexo do enclave universitário. Uma das políticas sociais bem-sucedidas do lulismo foi a inclusão universitária. Abastecida pela criação de novas universidades públicas, aumento das vagas (REUNI), financiamento (FIES), troca de dívidas públicas por vagas em universidades privadas (PROUNI), am-

10 Rorty dizia, expressamente, após prever que os trabalhadores não organizados iriam perceber, cedo ou tarde, a indisposição dos governos para melhoria da qualidade de vida e a falta de solidariedade dos organizados da classe média de colarinho branco. Então, algo quebraria: “O eleitorado não-suburbano decidirá que o sistema fracassou e começará a olhar em volta em busca de um homem forte em quem votar – alguém disposto a assegurar-lhes que, uma vez eleito, os burocratas presunçosos, os advogados ardilosos, os vendedores de títulos que fazem muito dinheiro e os professores pós-modernistas não mais darão as ordens (...). Uma coisa que é muito provável acontecer é que as melhorias realizadas nos últimos quarenta anos por americanos negros e morenos, e por homossexuais, desaparecerão. O descaso jocoso pelas mulheres voltará a ser moda. Palavras como ‘crioulo’ voltarão a ser ouvidas nos locais de trabalho. Todo o sadismo que a esquerda acadêmica tentou tornar inaceitável para seus estudantes voltará com toda força. Todo o ressentimento que os americanos mal-educados sentem por suas maneiras ditadas por pessoas que têm um curso superior encontrará uma válvula de escape” (Rorty, 1999, p. 127).

pliação da utilização do ENEM como critério nacional de seleção e adoção do sistema de cotas para estudantes de escola pública, negros, pardos e indígenas, a política gerou uma mudança significativa no perfil econômico-social dos estudantes universitários. Desde 2013, esse segmento tem assumido com cada vez maior intensidade a vanguarda das lutas políticas de esquerda. A partir de 2014, os principais focos de resistência – ao lado de organizações bastante ligadas ao PT (CUT e MST, por exemplo) – são as escolas públicas e universidades. A consequência disso é a adoção de uma certa linha teórica que embasa a ação desses movimentos, em especial ocupações.

Em geral, a expressão “filosofia pós-moderna” vem carregada de críticas por parte tanto de racionalistas ligados a correntes tradicionais da filosofia da ciência quanto dos marxistas tradicionais. O pós-modernismo é associado ao relativismo extremado, entendendo-o como um construtivismo subjetivista que reduz o conhecimento a relações de poder, prioriza o enunciador sobre a verdade do enunciado, despreza a especificidade da ciência e do método, utiliza linguagem obscurantista e politiza ao extremo a racionalidade. Os marxistas, por sua vez, pensam em termos de abandono da questão das classes sociais em detrimento de questões de gênero, raça, etnia e outros parâmetros culturais. Além disso, na medida em que coloca permanentemente a questão da invisibilidade e reconhecimento em jogo, o pós-modernismo reproduziria simplesmente a lógica do capitalismo, disputando a competição meritocrática segundo os mesmos parâmetros. As políticas de identidade nada mais seriam que a reprodução dessa lógica. Essas críticas geralmente exageram ou desconsideram aspectos importantes partindo de exemplos caricatos. O tema da luta de classes, por exemplo, é bastante vivo na ideia de interseccionalidade. O debate em torno do construtivismo social pode cair em polarizações bizantinas na maioria das vezes resultado de mal-entendidos. E, se é verdade que houve um momento feyerabendiano no pós-modernismo em que a ciência era constantemente objeto de ceticismo, hoje, com a questão ecológica em pauta, tem havido uma mudança de perspectiva com a aproximação das neurociências ou da biologia em geral. Por outro lado, apesar da resistência em se assumir como tal, é nítido que já existe um complexo de estudos e ativismos que pode ser classificado em linhas gerais como pós-moderno. Ele é composto por uma bricolagem de diversas áreas: a teoria do “orientalismo” de Edward Said; a ideia de subalternidade e lugar de fala, de G. Spivak; a virada linguística em termos bastante radicalizados, próximos de Lyotard, de quem também emerge a suspeita em relação às metanarrativas; a ideia de dominação simbólica de Pierre Bourdieu (mais próxima, na prática, que a ideia de poder de

Foucault); a desconstrução de Derrida entendida como um despreendimento dos preconceitos e das hierarquias (falocentrismo, etnocentrismo, etc.); e, em escala um pouco menos consensual, a filosofia *queer* de Judith Butler e a questão da alteridade em Emmanuel Levinas. Essas temáticas articulam os três braços políticos fundamentais da vulgarização da filosofia pós-moderna: a teoria dos privilégios, as políticas da identidade e o politicamente correto.

Para a teoria dos privilégios, a sociedade é composta por relações simbólicas assimétricas que tornam alguns indivíduos privilegiados em relação aos demais. Assim, o homem cis branco heterossexual cristão está no topo da hierarquia social, fazendo jus a uma série de privilégios invisíveis que precisam passar por uma desconstrução. Para as políticas de identidade, reverter esse quadro significa promover o empoderamento (*empowerment*) das minorias políticas, alimentando ações afirmativas de diversos matizes que envolvem representatividade e maior protagonismo social. Além disso, devido aos privilégios invisíveis disponíveis, indivíduos de grupos sociais opressores não deveriam interferir nas lutas políticas dos oprimidos. A posição cabível aos opressores é apenas a escuta, mantendo-se abertos para a desconstrução dos privilégios que dispõem no contato com os oprimidos. É possível perceber que as redes sociais digitais – em especial o Facebook – foram as grandes disseminadoras dessa posição, recebendo uma popularidade tão grande quanto a versão vulgar do marxismo entre as novas gerações. Finalmente, gostaria de tocar no ponto mais delicado: o politicamente correto. A expressão, como se sabe, foi inventada e ainda é usada pelos conservadores para resistir a mudanças no tratamento das minorias¹¹. Apesar disso, é complicado não reconhecer que se trata de um código específico de linguagem a habitar a esfera pública: trata-se de uma maneira de enunciação (1) que não admite ambiguidade ou plurivocidade (todo significado é o significado literal; em algumas versões, a literalidade abrange inclusive o significado etimológico); (2) que transforma toda enunciação em uma pedagogia (enuncie como se você estivesse ensinando como as pessoas deveriam se comportar); (3) inverte as situações de opressão de modo absoluto, isto é, sem possibilidade de relativização (não há espaço para singularidade do caso concreto ou dos indivíduos envolvidos na situação real porque isso significaria um enfraquecimento das lutas); e (4) discursivamente parte de uma posição fundacionista (isto é, não admite o falibilidade dos seus argumentos, pois a superioridade ética enquanto fundamento do discurso dispensa o convencimento da outra parte). A esquerda cultural cria, como

11 Para uma genealogia do conceito, ver Avelar (2014, pp. 87-90).

seu efeito-espelho, o agenciamento *troll* fundado nas estratégias do neo-conservadorismo norte-americano, adotando símbolos identificados com figuras fálicas e distorções propositais da defesa das minorias, além de permitir a própria inversão dos seus termos de enunciação para a defesa de posições liberais ou mesmo conservadoras (como a utilização do “lugar de fala” do vereador Fernando Holiday, negro e gay, em São Paulo). Em outro texto, desenvolvi a relação de *complementariedade estrutural* entre os *trolls* e o politicamente correto, mostrando como os sinais são perfeitamente invertidos e se retroalimentam (Pinto Neto, 2017). Por aqui, farei uma breve análise da relação entre esquerda institucional, esquerda cultural e centro político/senso comum, deixando suspensa a relação com a direita conservadora.

5. O CENTRO: ESSE LUGAR DESCONHECIDO

Para compreender o centro político desde uma perspectiva de esquerda, precisamos adotar um pouco de *perspectivismo político*¹². Vou dar um exemplo simples de como opera o que chamo aqui de perspectivismo: o termo supercarregado e onipresente ideologia. Ideologia, para a perspectiva de esquerda, é o mascaramento da realidade social, o encobrimento das relações de poder e/ou exploração por meio de artifícios de caráter simbólico. Ideologia, para a direita, é a substituição da naturalidade do mundo estabelecido com a segurança da experiência por uma leitura da realidade baseada nos parâmetros do comunismo ou da esquerda em geral, geralmente estabelecidos a partir da crítica da injustiça social. Ideologia, para o centro, é a substituição de parâmetros baseados na experiência vivida por noções cujo principal objetivo é guardar coerência com metanarrativas. Ideologia, portanto, é uma palavra que varia conforme o campo de sentido em que está colocada. Nenhuma das concepções está exatamente errada, pois todas são capazes de formar uma rede conglobante na qual encontram sentido. No entanto, é possível ver que o centro é bem distinto tanto da direita quanto da esquerda: enquanto ambas têm uma base sólida que compõe um sistema normativo de crenças, o centro é essencialmente pragmático, isto é, baseia suas convicções em torno das vivências práticas que cada um experimenta enquanto erro e acerto. O que chamamos, portanto, senso comum é o que sustenta o centro. Ele não está disposto a admitir convicções de fundo e prefere sacrificar a coerência se estiver diante de um erro pontual muito evidente. O que mais afasta uma tendência política do centro é a justificação de situ-

12 Utilizo o termo próximo de Rodrigo Nunes (2014).

ações pontualmente erradas – do ponto de vista da experiência cotidiana, vivida – em nome de crenças mais abstratas. Isso é que o senso comum etiqueta como “ideológico” ou “radical”. Quanto mais dependente uma montagem política é de convicções abstratas e menos consegue se fundamentar diante da vivência concreta, mais distante está do centro. Quanto mais próximo da experiência diária e do senso de falibilidade habitual, maior próximo está. As identidades políticas são racionalistas e sistemáticas; o centro, empirista e experimental.

a) O condomínio da militância de esquerda

Ao tomar a frente enquanto vanguarda, a esquerda cultural involuntariamente provoca um problema diante do senso comum: a esquerda é quase sempre identificada com intelectuais, artistas, estudantes, professores e sindicalistas. Assim, a figura corresponde em termos de estilo a um fragmento muito localizado da sociedade sem comunicação com a maioria. Perde-se com isso a possibilidade de identificação com outros agentes que constroem valor, reservando-se à esquerda apenas a crítica da sociedade – sem lugar para diversas outras atividades que percorrem a vida diária. Nesse sentido, sob um prisma do senso comum e como afirma o filósofo conservador Roger Scruton, a esquerda seria boa em *destruir*, mas incapaz de oferecer alternativas de instituições. Por isso, não é raro se ouvir se é bom ter a esquerda na oposição, enfrentando os governos. Tudo isso torna-se ainda mais forte quando a própria esquerda assume – não por coincidência – a pauta da *desconstrução* como sua principal tarefa. Se é verdade que Jacques Derrida sempre caracterizou a desconstrução como um gesto positivo, não é certo que seja exatamente esse o sentido que percorre o uso do termo. Na esquerda cultural, o indivíduo – quando não está entre os oprimidos – tem como alternativa de individuação apenas a confissão de culpa que vem traduzida como *promessa de infinita desconstrução*. A possibilidade de alianças e composições diferentes é perdida em nome da pureza, não raro terminando em infinitas disputas em torno de quem é a verdadeira esquerda e verdadeiros linchamentos morais. Ora, nada mais distante do senso comum que uma posição tão exigente. O senso comum é mais pragmático e, como tal, disposto a tolerar erros em nome de uma noção bastante difusa de falibilismo. Toda vez que a composição e organização perdem espaço para a demanda por pureza, o centro fica cada vez mais distante e as batalhas travam-se no interior da bolha identitária, fragmentando um ecossistema autorreferente.

Enquanto o neoconservadorismo e o fascismo aproveitam da sobrecarga moral que perpassa o discurso da esquerda cultural criando os anti-heróis do “politicamente incorreto”, o centro permanece simpático às causas defendidas pelos ativistas (feminismo, antirracismo, anti-homofobia etc.), mas percebe a lupa da problematização como uma ação exagerada, excessivamente estilizada e praticamente inviabilizadora de uma convivência natural entre as pessoas. A identidade de esquerda torna-se uma seita envolvida com problemas que não existem para a maioria das pessoas, e esse tipo de contato perde-se na medida em que as prioridades da política parecem afastadas dos assuntos que deveriam ser prioritários. Isso é potencializado pela era da hiperconectividade, que torna a vigilância ininterrupta em torno de pontos fracos que podem estar patentes ou latentes nas diversas manifestações que percorrem o cotidiano virtual. Na medida em que desaparece o espaço privado com a exposição da intimidade nas redes, alarga-se um policiamento integral sobre ditos e não-ditos, tornando a convivência mediada por uma sobrecarga judicativa cuja exigência converte as redes sociais em verdadeiros tribunais inquisitórios. Com isso, fragmenta-se o fragmento num processo infinito diante do qual nenhum ser humano, na sua ambivalência, fragilidade e errância, é capaz de ser absolvido. Em outros termos, a concentração da esquerda sobre aportes teóricos extremamente densos e posições políticas que exigem um amplo cabedal “metanarrativo” (paradoxalmente para o pós-modernismo) acaba afastando-a da “gente comum” e tornando-a uma identidade marginal, uma bolha artificial. Com isso, não quero afirmar que é ruim ser uma identidade marginal – a maioria das utopias passa mesmo por essas marginalidades –, mas é negativo que uma força no campo político torne-se um estilo identificado com uma minoria populacional extremamente focal e que muitas vezes acaba se tornando um enclave insular sem contato com o resto¹³. É a questão colocada desde Lênin até o Podemos.

Embora não seja mais que uma hipótese que colho do ativista de direitos humanos Raphael Tsavkko Garcia, não é difícil especular que o processo de insularização da esquerda nas universidades e em torno da vigilância microscópica dos comportamentos identifique-se com o momento de impotência na política institucional. Se compararmos Brasil e Estados Unidos, onde nasce a esquerda cultural, parece que o enclave universitário se situa mais ou menos na mesma posição: diante de uma esquerda partidária desidratada e incapacidade de organização política, sobram as depurações internas por meio do policiamento de deslizos lin-

13 Ver, sobre o esquerdismo, os comentários de Foucault (2014, pp. 162-165).

guísticos ou erros individuais, reafirmando-se com isso uma composição: esquerda partidária desidratada + esquerda cultural + incapacidade de organizar o descontentamento + política do medo da direita + conservadorismo político + progressismo social. No Brasil, essa equação pode ser vista na acusação verdadeira, mas que não explica o acontecimento, de que “o golpe é misógino”, como se a explicação para a queda de Dilma Rousseff fosse a inegável misoginia de grande parte dos parlamentares que votaram favoravelmente ao impeachment. Com isso, desloca-se o fenômeno da organização política (incapacidade de Dilma articular um projeto de governo desde o primeiro dia e fragilização pela oposição forte combinada à perda da base social pelo estelionato eleitoral) para uma situação de violência simbólica (a misoginia contra a mulher Dilma Rousseff praticada com frequência pela mídia e outros atores sociais), como se a explicação para todo problema pudesse ser reduzida à equação relação assimétrica de poder = violência = opressão.

b) O problema econômico: a falta de alternativas

A economia, que sai de elemento determinante a um papel irrelevante, é um dos nós que a esquerda precisaria desatar para compreender o centro. Nesse ponto, advertências como as de Nick Srnicek e Alex Williams (2015) em torno do déficit teórico da esquerda na proposição de alternativas ao neoliberalismo são mais que pertinentes. De fato, o modelo brasileiro era pautado na retomada de fenômenos pré-globalização, como o pacto entre a burguesia industrial e os trabalhadores para enfrentar a burguesia financeira (rentistas). Enquanto na teoria essa aliança estaria sendo desenhada (na realidade, reduzida a decisões voluntaristas e negociações ocultas), na prática o Brasil ocupava um lugar muito claro na divisão global de trabalho: fornecedor de matéria-prima (*commodities*) para as economias ascendentes, especialmente a chinesa, alimentarem sua produção industrial, e com indústria pesada de baixa capacidade de inovação sustentada pelos estímulos estatais. Não por acaso a aliança com os ruralistas foi um dos pontos que definitivamente se consolida sob o período petista à custa dos direitos dos índios e da reforma agrária. O extrativismo *high-tech* foi a única base econômica possível diante da nostalgia do Estado de bem-estar social e do *wishful thinking* de que seria possível retornar ao nacionalismo dos países do Norte nas décadas do pós-Guerra. A resistência à globalização não consegue consistência apenas a partir de um voluntarismo nacionalista. Aliás, a própria estratégia dos BRICS bloqueia a possibilidade de um rearranjo geopolítico no mundo do trabalho, na medida em que vinha do capitalismo asiático a compe-

titividade que jogava para baixo o salário dos trabalhadores à custa de alta predação ambiental e exploração de mão de obra.

Assim, a escolha por jogar no tabuleiro do crescimento econômico, apostando que um modelo desenvolvimentista tornaria o Brasil uma potência mundial, acaba por naufragar por diversos lados: pelas suas dificuldades factuais (os mercados são globais), pela falta de condições políticas (a burguesia nacional não estava interessada na aliança proposta) e pela baixa transparência e voluntarismo que caracterizaram a eleição dos “campeões nacionais” como beneficiários do projeto desenvolvimentista. Sem uma teoria tão sistemática, o lulismo – enquanto experimentação trabalhada à luz dos choques e percalços da primeira década do século XXI – conseguiu resultados muito melhores, mantendo equilíbrio fiscal, inflação sob controle, confiança no ambiente de negócios e melhorando a renda dos mais pobres por meio das políticas sociais. No entanto, a nostalgia do emprego industrial – que André Singer narrava como sonho de um New Deal brasileiro (Singer, 2012, pp. 125-129) – acaba provocando a erosão dos fundamentos que haviam sido construídos em todo período anterior. O estadocentrismo torna-se compulsivo a partir de um início de virada para a nova matriz econômica resistente à crise de 2008. Com o passar do tempo, contudo, a burocracia acaba mostrando seu peso e abrindo flanco para uma reinserção do liberalismo no debate público.

Sob tal ponto de vista, existe uma incompreensão da esquerda em torno da virada dos anos 80 no mundo do trabalho. A transformação das revoltas contraculturais em um “novo espírito do capitalismo”, como nararam Boltanski e Chiapello, é interpretada por um prisma exclusivamente negativo (2009, pp. 239-284). A formação de redes e o horizontalismo são vistos como engodo capitalista que cai sobre os trabalhadores, fazendo-os “empresários de si” na mesma medida em que são explorados. É a leitura de Jessé Souza, por exemplo, em torno dos batalhadores, que sofreriam de uma manipulação ideológica quase incurável na medida em que não se perceberiam como componentes da classe trabalhadora submetida agora – sob o domínio rentista – a um regime de informalidade e precarização escondido sob vestes de autonomia (Souza, 2012, pp. 45-57). É curioso como estas visões convergem para o desejo de retorno ao tempo do fordismo. Como se o ambiente fordista não fosse, na sua estrutura disciplinar, hierárquico e panóptico, extremamente negativo para os trabalhadores. Ignora-se, propositalmente ou não, toda crítica que se fazia em torno da “sociedade sem oposição” dos anos 60 e 70 por intelectuais seminais como Herbert Marcuse e Theodor Adorno. O mesmo fetichismo do Estado – como se a burocracia não sofresse problemas crônicos e fosse capaz de representar o comum – acaba se mostrando

com relação ao fordismo. Toda crítica à unidimensionalidade da forma-de-vida que o capitalismo industrial provocou é deixada de lado em nome da defesa da proteção social do trabalho como contraponto à precarização atual. A própria ideia de *emprego* é tratada como única alternativa ao mundo liberal.

Nega-se, com isso, qualquer potência ao empreendedorismo – sempre atuando ou como *exploração* ou como *falsa consciência* no discurso da esquerda. Ora, evidentemente isso só poderia ter provocado uma explosão da convergência entre lulismo e batalhadores, uma vez que esse segmento social – como os próprios trabalhos sociológicos identificaram – tem suas bases no empreendedorismo individual ou familiar. O curioso é que – como Jessé Souza, Singer, Cocco e Neri haviam identificado – o lulismo encontrara uma saída interessante para o problema, estimulando uma espécie de crescimento por partículas menores a partir dos estímulos microeconômicos. Salário mínimo, Bolsa Família e microcréditos foram alternativas que impulsionaram os negócios dos batalhadores, melhorando sua qualidade de vida. Isso polarizava com o Brasil Grande dos macroempreendimentos, fortalecimento das oligarquias econômicas e de toda corrupção que sempre se soube envolvida. O novo Brasil era gestado desde baixo por meio da força criativa popular. Rapidamente, contudo, os limites do lulismo ficaram visíveis: tanto as políticas distributivas começaram a perder força quando o bolo parou de crescer quanto a segunda etapa jamais conseguiu concretizar uma cidadania plena aos novos consumidores, com uma escola pública de qualidade, um sistema de saúde eficiente e uma cidade mais bem organizada. Se 2013 foi a primeira grande explosão de insatisfação, foi no ativismo viral da direita que esses segmentos – com exceção de alguma parcela universitária, que migrou para a esquerda cultural – encontraram seu habitat mais natural, defendendo maior liberdade de mercado, menos impostos e identificando-se com valores mais conservadores. Evidentemente, a relação com o neopentecostalismo cria um vetor de subjetivação que faz confluir esses dois agenciamentos, a contrariedade à esquerda cultural (neoconservadorismo e/ou fascismo) e a teologia da prosperidade (apologia do *self-made man*, ética do trabalho). Em resposta a isso, a estilização da esquerda cultural no ambiente universitário e a incapacidade de qualquer resposta da esquerda reformista formaram um verdadeiro abismo em relação ao cidadão comum empreendedor que outrora apoiava o lulismo. Na falta de uma alternativa para o mercado por parte da esquerda, sobra o único discurso possível: o liberalismo.

Na mesma medida em que propulsiona o desprezo pelos mercados e pela maior parte das formas econômicas, reservando-se ao papel de pensar apenas como se pudesse substituir a alta burguesia e traçar um planejamento abstrato da produção, acaba-se desperdiçando experimentos que

poderiam mostrar outras óticas de visualizar a economia para além do capitalismo e do socialismo. O desprezo pela classe média – que vai desde a ojeriza brasileira até a demonização dos *hipsters* no Norte – acaba cegando para alternativas que vão sendo construídas a partir de uma lógica menos dogmática e mais experimental e não necessariamente coincide com a ampliação do capitalismo. Esses rearranjos – que envolvem também o ressurgimento de novas formas econômicas que não se confundem com a troca (colaboração, dádiva, contribuição etc.) –, geralmente gestados a partir das tecnologias de informação, são subestimados em relação à nostalgia do velho emprego industrial ou simplesmente uma visão comprometida apenas com a posição de intelectual ou artista, sem espaço para diálogo com atividades supostamente menos edificantes.

Além disso, é preciso mencionar que o espírito atual do capitalismo comporta a diversidade e é francamente favorável ao politicamente correto. Mesmo em cenários distópicos da ampliação da sociedade de controle, como a série *Black Mirror* aborda, a diversidade está presente e o politicamente correto é respeitado. Grandes corporações como Google e Facebook o encampam. Com isso, o ressentimento dos derrotados faz uma sutura entre dois fenômenos diversos, mas que aparecem colados: de um lado, a decadência econômica, a cultura da performance e o estrangulamento do tempo/espaço por parte do capitalismo acelerado; de outro, a inclusão de diversas minorias tradicionalmente excluídas a partir de políticas que respeitam a diversidade. A sensação de estar excluído da festa perpassa esses derrotados, relacionando a inexistência de perspectiva de futuro com a recente ascensão de segmentos excluídos. Corre-se o risco de perder o centro para o populismo de extrema direita ou, no mínimo, desenvolver uma subjetivação que combina o repúdio ao progressismo social da esquerda cultural (neoconservadorismo e neofascismo) com a insatisfação com o Estado, os impostos, os políticos e os serviços públicos. Esse caldo híbrido pode ser uma hipótese para explicar a fissura interna entre os próprios batalhadores, uma parte tendo migrado para os novos movimentos sociais e iniciado uma militância combativa na esquerda cultural e outra aderindo a pautas neoconservadoras como a Escola sem Partido ou a revogação do Estatuto do Desarmamento.

c) O senso comum e a retórica de esquerda

Outro ponto em que o senso comum se distancia da esquerda é na utilização dos tipos ideais. Em tese, a desconstrução de estereótipos seria uma atitude típica da esquerda, uma vez que remete a um princípio ético de evitar os preconceitos e permitir que as pessoas se apresentem na sua alteridade.

No entanto, enquanto o conservadorismo tende a reificar os estereótipos, a esquerda tende a transformar todos os conflitos micro em conflitos macro, imprimindo uma pegada sociológica em cada acontecimento interpessoal. A própria ideia de tipo ideal, com isso, acaba se perdendo. Se em Weber o tipo ideal é algo que nunca se estabelece com exatidão no exemplo concreto, aqui ocorre exatamente o contrário: o caso concreto nunca é concreto e singular o suficiente para desmanchar os tipos ideais e suas relações de poder. Assim, o senso comum pode até acompanhar a esquerda quando ela postula que há muita violência policial ou machismo, mas ele nunca acompanharia o raciocínio de que “não devemos mencionar exceções ou complexidades que desmintam essas simplificações esquemáticas porque isso enfraqueceria as lutas”. Esse cálculo estratégico é o que o senso comum considera “radical” no sentido depreciativo da palavra. Enquanto a esquerda associa as lutas ao velho esquema da luta de classes, trabalhando com o dualismo, o senso comum vê as coisas no interstício – a partir de tons mais matizados.

Aqui estamos diante do ponto que liga e separa o senso comum do politicamente correto. A ligação advém do reconhecimento abstrato e genérico das opressões sociais e da necessidade de construção de igualdade e florescimento livre das singularidades. Por outro lado, a regra “a parte é o todo” é fortemente rejeitada. As exceções não podem ser desprezadas. Há casos e casos. Por isso, a generalização que é condição para o fazer sociológico é aqui desprezada em nome de um empirismo falibilista sem preocupação com muita coerência, enquanto o politicamente correto cai em um sociologismo hiperbólico. Essa relação também se estabelece porque a projeção todo = parte significa um problema ético grave. Se todos somos simplesmente fantoches das relações sociais macroestruturais, não existe espaço para a responsabilidade individual. Mesmo situações-limite como crimes violentos acabam sendo depositadas no desequilíbrio assimétrico entre posições sociais. Nessa disputa, o senso comum fica ao lado da ideia clássica de responsabilidade. Ele somente admite o conceito de vítima diante da lesão individual; a posição social não justifica ações que sejam eticamente desaprovas. Isso não quer dizer que o senso comum tenha, *a priori*, algo contra políticas sociais ou ações afirmativas; tudo depende do contexto e da argumentação. O que o senso comum não admite é a substituição dos atores concretos por fantoches da estrutura. Nesse ponto, os conservadores inventaram nos anos 70 e 80 o conceito de “desculpas sociológicas” para afastar explicações estruturais, postulando que a responsabilidade individual deveria ser o principal critério para se avaliar uma conduta. A esquerda é tanto mais fraca em relação ao centro quanto mais precisa *forçar* (isto é, torcer) o sentido manifesto da situação por um tipo ideal. Talvez valha pensar nisso a partir de Durkheim: em situações de bonança, as redes de solidariedade podem se

estender mais longe, admitindo-se que a culpa individual ceda em relação à responsabilidade coletiva; no entanto, em períodos mais conflituos, quando a anomia começa a aparecer, a equação tende a se inverter, ocupando o discurso punitivo, aqui, um lugar estratégico para a retomada da hegemonia pelo discurso conservador com a cooptação do centro.

d) A corrupção e o populismo

Como já desenvolvi em outras ocasiões, o desprezo pela pauta contra a corrupção sob a alegação de moralismo é um erro tático da esquerda. A corrupção é um significante aglutinador que pode operar no vazio. Se é verdade que existe uma longa tradição de crítica oportunista da direita em relação à corrupção, é também verdade que existe uma dimensão da corrupção que não se reduz ao mero funcionamento azeitado da máquina pública. Uma crítica *sistêmica* da corrupção não remete apenas à necessidade de reforma política, mas à própria natureza da democracia em jogo. Um regime político cujo principal motor é o dinheiro, como se sabe desde os gregos, é uma plutocracia. Os arranjos traçados desde o alto da pirâmide, portanto, enfraquecem a própria possibilidade de os cidadãos decidirem com autonomia acerca do seu próprio destino. Ela captura a disputa política para o interior de negociações opacas e blinda um sistema excessivamente profissionalizado para equilibrar interesses parciais para além do que seria recomendado em termos comuns. Com isso, a corrupção captura a própria democracia, impedindo a deliberação pública. Etiquetar a crítica desse processo como mero moralismo, alegando ser a corrupção inerente ao sistema, é partir para uma posição de cinismo que produz justamente o desengajamento dos sujeitos políticos.

Sob esse prisma, a frequente acusação de “antipolítica” que cai sobre as manifestações contra a corrupção acaba reduzindo a política a uma esfera de negociações opacas e produzindo, como efeito reflexo, o tipo de cinismo que elege populistas reacionários como Donald Trump, catalisador da desilusão em relação ao espetáculo que encobre tudo e figura como sagrado intangível. Ao fazer o voto no impossível, o eleitor reconecta-se com a possibilidade de *fazer diferente* e com isso pode sentir-se novamente capaz de decidir os rumos da democracia; porém, o faz numa atitude cínica, pois a ideia de programa para o futuro foi sequestrada pelo bloco unidimensional que disputa o poder nos termos da tecnocracia (de direita ou de esquerda). A impotência de transformar o jogo corrupto transforma-se na aposta cega em qualquer carta fora do baralho na medida em que o conjunto está viciado e não dá alternativas por dentro. Ou se aceita a condição de democracia-em-suicídio, com o governo tecnocrático alheio à indignação dos de baixo, ou se aposta numa carta totalmente imprevisível que pode, no mínimo, ressuscitar a sensação da potência

democrática. O jogo aqui é de dupla dimensão: ao mesmo tempo em que o grande bloco político tecnocrático afirma sua inevitabilidade, apela à consciência política e à responsabilidade no voto; o *outsider*, ao contrário, afirma apenas sua própria condição de fora da tecnocracia, aproximando-se do populismo, e invoca um cinismo *phonie* como afeto capaz de promover mudanças. De certa forma, o gesto antipolítico é exatamente aquele que reivindica para si a política contra a tecnocracia, enfrentando o *establishment* na mesma medida em que desafia a imagem de futuro preconcebido como único pela democracia espetacular. Porém, em termos de programa, as ideias de futuro foram sequestradas por uma narrativa única que perpassa todo espectro “razoável” da política, deixando apenas como opção uma indignação vazia que lembra muito a revolta do consumidor contra um serviço mal prestado. Isso abre espaço para o crescimento do populismo reacionário contra a construção de um futuro pensado a partir das redes de inteligência coletiva que poderiam emergir pelas novas tecnologias. Em vez disso, o espaço é reduzido à dimensão mais estúpida, carregando apenas uma indignação vazia, uma revolta desorganizada contra o bloco monolítico do poder. Não por acaso as teorias da conspiração tornam-se tão populares.

Afora essa brecha pela qual o próprio centro pode se sujeitar ao populismo, a corrupção representa, no Brasil, uma cultura de *saque* das elites que permanece desde a Colônia e é extremamente difundida na sociedade. O próprio conceito de patrimonialismo, que equivocadamente se gostaria de apagar (Souza, 2015, pp. 89-102), demonstra isso. O centro político percebe esse saque como imanentemente negativo e visualiza que tudo isso enfraquece os laços de solidariedade social, numa perspectiva mais comunitária, ou a força da lei, numa perspectiva mais liberal, produzindo um contexto anômico em que geralmente prevalece a lei do mais forte. Os altos índices de criminalidade são o saque sob o foco invertido: como a elite é baseada no saque, também posso saquear – quase como “legítima defesa”¹⁴. Nenhum projeto coletivo pode sobreviver ou prosperar sob essa batuta. Volta-se, assim, para o núcleo do mesmo problema que percorre todas as dificuldades: a esquerda é vista como especialmente desorganizada, incapaz de construir, exatamente porque fica

14 Entre outras referências, Joel Birman já pensava sobre essa estrutura em seu *Mal Estar na Atualidade*. Por exemplo: “No nível das classes populares, com a impossibilidade de essas individualidades terem respeitados seus direitos básicos como cidadãos e serem reconhecidas como tal, assiste-se à crescente utilização da *violência* como forma básica de tornar possível a sobrevivência diante da violência instituída pelos dispositivos de poder e formas de ação das elites. É preciso interpretar positivamente esta violência e não a psicologizar e tratar ingenuamente como algo moralmente inferior. A violência é a única forma de esses grupos sociais poderem afrontar a arrogância, a impunidade e o saqueamento corsário do Estado realizado pelas elites políticas, industriais e financeiras do país, que estão muito mal acostumadas a serem protegidas pelo Estado à custa da predação daqueles grupos” (Birman, 2000, pp. 284-285).

presa na radicalidade da crítica e para por aí. A dimensão da construção de um projeto coletivo fica sempre para um porvir indefinido, assemelhando-se muitas vezes a uma secularização do messianismo. Mas o espaço vazio é sempre ocupado por alguém, seja um populista de direita (como Collor), seja pela própria oligarquia, que se beneficia do conservadorismo de quem não deseja arriscar o futuro para além do horizonte que já controla, mais ou menos como habitantes das favelas toleram o tráfico de drogas porque ao menos com eles – ao contrário da polícia – as regras são nítidas, claras e previsíveis. A montagem anticorrupção, portanto, não carrega apenas um apenas moralista/negativo, mas contém também um aspecto construtivo, um desejo de superar uma cultura organizada pelo saque em direção, por exemplo, a um futuro mais cooperativo que possa envolver um projeto comum.

6. A SAÍDA DE EMERGÊNCIA

Diante dos problemas que a perspectivação coloca em relação ao esquerdismo, é possível visualizar pelo menos três saídas. A primeira consiste em assumir plenamente a identidade, afastando-se definitivamente de qualquer saída dialógica e preservando a luta de classes como horizonte. Sob essa estratégia, o conflito vem do próprio sucesso da estratégia. O inimigo torna-se mais agressivo porque sente o golpe. Nesse caso, a palavra *resistência* aparece como principal mote. É o caminho que leva muitos a considerarem recuos políticos e negociações como traições, além de defender a observância estrita de princípios em todos os casos. Acredita-se que, cedo ou tarde, o senso comum cederá. Busca-se a hegemonia. O problema dessa saída é que ela nunca levou a resultados palpáveis. O efeito hoje, nas democracias pluralistas, é simplesmente construir seitas que são representadas em partidos minoritários, às vezes sem capacidade de atingir o mínimo quociente eleitoral. Afora isso, essa saída *acredita demais nos próprios argumentos*, sofrendo de déficit de perspectivismo. De alguma maneira, apesar dos pesares, ela crê que as pessoas simplesmente não veem o óbvio diante de si e acabam sucumbindo diante da manipulação da mídia, dos empresários, da elite, da igreja ou da própria classe média. A ideologia cegaria. O problema é que vivemos numa sociedade de transparência integral. Partidos radicais de esquerda podem enunciar em debates políticos e na propaganda eleitoral a convocação dos trabalhadores para greves gerais, derrubada dos patrões ou até mesmo a revolução. Tudo está exposto. É mais provável que, com as coisas à flor da pele, a explicação para a não-adesão dos explorados seja de outro nível que apenas a ideologia. Se no início do século XXI havia uma grande convicção em torno do silenciamento dos discursos críticos da sociedade, hoje, em plena era das redes sociais, conhecem-se perfeitamente os argumentos da esquerda. E, no entanto, eles con-

tinuam sem convencer a maioria da população. O problema, portanto, não parece ser falta de convicção na militância.

A segunda saída é a adotada em geral pela esquerda reformista. Ela consiste no posicionamento mais próximo do centro nas campanhas eleitorais e, ao longo do governo, a concessão à direita. É o modelo desidratado que – em escalas diferentes – permeou a maioria dos governos progressistas das últimas duas décadas, de Clinton a Clinton. No caso da América do Sul, é possível dizer que as transformações foram um pouco mais substanciais, dada a condição de pobreza que atinge boa parte da população local. A fórmula, no entanto, é a mesma: evita-se ao máximo a compra de debates políticos de alta densidade – como, por exemplo, a descriminalização das drogas ou a renda mínima universal – e, em troca, mantém-se operando a gestão atual da política com pequenas doses de progressismo. O problema desse modelo é que ele não disputa realmente o centro. Na verdade, ele reafirma uma imagem de fundo conservadora. Ele próprio ocupa o centro enquanto esquerda da direita, deixando a posição de esquerda vazia na mesma medida em que está exposta ao julgamento popular. Os avanços só podem ser mesmo muito pequenos, porque o fundo é conservador, já que o senso comum é confundido com conservadorismo. Além disso, a insatisfação com o *status quo* somente aumenta. A solução continuadora – afirmando um progresso inevitável dentro de um quadro cujos derrotados só se faz aumentar – parece cada vez menos aceitável. A chantagem de Margareth Thatcher (“there’s no alternative”), acolhida por essa esquerda, mostra-se indigesta e deixa espaço para que a extrema direita populista surfe na insatisfação. A falta de um projeto alternativo consistente provoca a desidratação da democracia, a descrença geral no sistema e a sensação de que todos estão sendo saqueados e não há espaço para reagir.

Finalmente, levanto a hipótese de uma terceira saída, que provisoriamente nomeio pragmatismo radical. A segunda saída reivindica para si a realidade, afirmando um pragmatismo que negocia com o poder em torno a concessões e aberturas. Mas é possível imaginar outro tipo de pragmatismo. Ele envolve a possibilidade de *traduzir pautas radicais* para além dos emblemas identitários, reaprendendo a desenvolver tática e estratégia capazes de articular em termos do senso comum tais demandas. Em contraponto à segunda [esquerda reformista], essa estratégia não rema para o centro, mas procura trazer o centro para o seu lado. Em contraponto à primeira [esquerda identitária], não pretende que o centro passe a residir no condomínio esquerdista, mas procura formar composições contingentes a partir de circunstâncias aleatórias – isto é, variáveis no caso a caso – que impulsionem seu programa. Para tanto, é necessário arrancar o *status quo* da tendência de moralização da política que caracteriza o politicamente correto, maquinando

quais são as confluências possíveis para criar interstícios tradutórios – pontes, e não policiamentos – com o senso comum de acordo com os materiais disponíveis e tendo em vista a produção de resultados concretos.

Essa saída pode parecer simplista e demasiadamente idealista, mas não é. Em primeiro lugar, porque – como já dito – a insatisfação com o modelo atual está à beira da explosão. Além disso, se encontramos atualmente um cenário político em que as forças da esquerda estão divididas entre o reformismo e o identitarismo e as forças de direita entre o liberalismo e o fascismo, há – por baixo de todos os retratos oficiais da esfera pública – forças anárquicas ganhando cada vez maior experiência de organização. Os movimentos sociais que envolvem, por exemplo, o direito à cidade e as mais diversas questões urbanas têm amplo potencial de crescimento, como 2013 mostrou exemplarmente a partir da pauta do transporte público. Há um substantivo consenso não conservador em torno de vários temas cruciais ainda sem comunicação com o meio político, como ecologia, respeito à diversidade e qualidade de vida em contraponto ao crescimento, ao consumismo e às negociações sujas que costumam pautar o sistema político. Todo esse complexo que atravessa países e forma um verdadeiro circuito alterglobal – manifestado no ciclo de manifestações 2011-2013 – ainda não encontrou forma institucional. Essa força ainda está por se revelar, mas precisa encontrar outras linguagens que não apenas a esquerdista para se comunicar com a maioria. As ocupações são outra experiência que permite visualizar a potência dessas forças anárquicas. Elas são verdadeiros experimentos coletivos de um outro espaço-tempo, outra economia, outra forma de habitar o mundo. E não se prendem apenas ao aspecto da revolta, sendo caracterizadas pelo cuidado, pela organização e pela ação coletiva. Conseguindo livrar-se da ameaça sectária que sempre as rondará como um fantasma, podem ser o embrião de novos modos de organização e distribuição do tempo/espaço.

É se conectando com essas experiências anárquicas e ganhando mais plasticidade que o campo envolvido com a transformação social pode encontrar uma saída para os dilemas atuais, transformando os muros do condomínio esquerdista em pontes de diálogo pragmático com a maioria inconformada com o mundo como está.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Trad. Henrique Burgo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- AVELAR, Idelber. *Crônicas do estado de exceção*. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.
- ARANTES, Paulo. *Extinção* [e-book]. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *O novo tempo do mundo* [e-book]. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In: *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. Org. Emir Sader. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- BELUZZO, Luiz Gonzaga. Os anos do povo. In: *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. Org. Emir Sader. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Eve. *O novo espírito do capitalismo*. Trad. Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O governo Dilma frente ao “tripé econômico” e à direita neoliberal e dependente. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 95, Março, 2013.
- CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. Org. Emir Sader. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- COCCO, Giuseppe. *MundoBraz: o devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- _____. *Nova classe média ou nova composição de classe?* *Revista Lugar Comum*, n. 40, Dezembro, 2013.
- DEDECCA, C. S.; TROVÃO, C. J. M.; e SOUZA, L. F. Desenvolvimento e equidade: desafios do crescimento brasileiro. *Novos Estudos CEBRAP*, 98, Março, 2014.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *O Anti-Édipo*. Trad. Luiz Orlandi. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.
- DUNKER, Christian. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- _____. *A Geografia Imaginária e a Segregação Real*. Blog da Boitempo. Disponível em <<https://goo.gl/Lpgp5a>>.
- FIORI, José Luís. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. In: *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. Org. Emir Sader. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria E. A. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- _____. *A coragem da verdade*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- JUDENSNAIDER, Elena et al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

MALABOU, Catherine. *La plasticité au soir de l'écriture: dialectique, destruction, déconstruction*. Paris: Léo Scheer, 2005.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. *É a questão urbana, estúpido*. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOSO, Jorge. Dez anos depois. In: *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. Org. Emir Sader. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLA-CSO Brasil, 2013.

NERI, Marcelo (coord.). *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas/IBRE, 2010.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao Governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NUNES, Rodrigo. Generación, acontecimiento, perspectiva: pensar el cambio a partir de Brasil. *Nueva Sociedad*, n. 251, mayo/junio. Disponível em <www.nuso.org>, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica da razão dualista/O Ornitorrinco* [e-book]. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento*. In: A Era da Indeterminação. Org: Francisco Oliveira e Cibele Rizek. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. In: Hegemonia às avessas [e-book]. Org: Oliveira, Rizek e Braga. São Paulo: Boitempo, 2010.

PINTO NETO, Moysés. *Movimentos sociais na era do Antropoceno*. Sovrastrutture, v. 8. Firenze/Paris: Classi Edizioni, 2016.

_____. *O progressismo como modernização unidimensional*. In: Leno Francisco Danner e outros. (Org.). Governo, cultura e desenvolvimento: reflexões desde a Amazônia. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2015, p. 48-71.

_____. *Juventude em Chamas: pessimismo, organização e utopia*. Lugar Comum (UFRJ), v. 45, p. 117-137, 2015.

_____. *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo*. Cadernos IHU ideias, n. 245, v. 14, 2016.

POCHMANN, Márcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. Org. Emir Sader. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

RORTY, Richard. *Para realizar a América: o pensamento da esquerda no século XX na América*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

_____. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2012.

SRNICEK, Nick e WILLIAMS, Alex. *Inventing the future: postcapitalism and w world without work*. London/NY: Verso, 2015.

TIBLE, Jean. *Lulismo e o fazer-se de uma nova classe*. Lugar Comum # 40. Disponível em <<https://goo.gl/J1xeG3>>

TURINO, Célio. *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. 2ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

VAINER, Carlos. *Quando a cidade vai às ruas*. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Desenvolvimento econômico e reenvolvimento cosmopolítico: da necessidade extensiva à suficiência intensiva. *Sopro*, n. 51, Maio, 2011. Disponível em <<https://goo.gl/3xbefP>>.

_____. “Antropologia Renovada”. Entrevista à Revista Cult: <<https://goo.gl/QtVOsL>>.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 04 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 05 *Emani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 06 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 07 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 08 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kilpp
- N. 09 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 10 *Olígonos midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 11 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Edson Luis Gastaldo
- N. 12 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 13 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 14 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 15 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 16 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 17 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krichke Leitão
- N. 18 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 19 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 20 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Irace-ma Ladgraf Piccolo
- N. 21 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 22 *Construindo novos caminhos para a intervenção societa-ria* – Lucilda Selli
- N. 23 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 24 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 25 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 26 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 27 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 28 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 29 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 30 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 31 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 32 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 33 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay* – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 34 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 35 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 36 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 37 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 38 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 39 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 40 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 41 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 42 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 43 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 44 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etno-gráfica* – Edson Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinty
- N. 45 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 46 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 47 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 48 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 49 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 50 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 51 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 52 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Elida Azevedo Henington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 53 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesselering
- N. 54 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 55 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 56 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 57 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 58 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 59 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 60 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 61 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 62 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 63 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaiá
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoececer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes*, de Joaquim Pedro de Andrade – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando o Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marín Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janelas: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstroem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greicy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Doménica Hattege e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camilla Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaikowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmiento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente, solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biotécnicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire

- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se toma uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karta Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Elul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandro Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesuís Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesuís Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevilan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturriet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filardi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moisés da Fountoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lília Marin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Vigada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinícius Nicastro Honesko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kakozi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Karmy Bolton



Moysés Pinto Neto. Doutor em Filosofia (2013) pela Pontifícia Universidade Católica do RS com período-sanduíche no Centre for Research in Modern European Philosophy (Kingston - UK). Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007). Especialista em Ciências Penais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005). Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998-2003). Conselheiro do Instituto de Criminologia e Alteridade (ICA). Atualmente é Professor da ULBRA. Foi Coordenador-Adjunto do Curso de Direito da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA-Canoas) (2009-2011), Profes-

sor Substituto do Departamento de Ciências Penais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008-2009), Professor de Filosofia na UNIVATES (2004) e Professor em diversos cursos de especialização na área de ciências criminais e direitos humanos. Pesquisa nas áreas: metafísicas contemporâneas, ecologia, tecnologia, materialismos, biopolítica, pensamento de Jacques Derrida, psicanálise, ciências cognitivas e interfaces interdisciplinares acerca da violência.

Algumas publicações do autor

PINTO NETO, Moysés. *O Rosto do Inimigo: um convite à desconstrução do Direito Penal do Inimigo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

_____; CARVALHO, Salo de; MAYORA, M.; LINCK, J.A.G. *Criminologia Cultural e Rock*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

Outras contribuições do autor

PINTO NETO, Moysés. *Muros do condomínio esquerdista transformados em pontes de diálogo pragmático com a maioria inconformada*. Entrevista especial publicada por IHU On-Line, em 23/04/2017. Disponível em: <https://goo.gl/a5xwt5>. Entrevista realizada por Patricia Fachin.

_____. *Uma saída pragmática, sem vestir vermelho, poderá promover grandes mudanças para a crise brasileira*. Entrevista especial publicada por IHU On-Line, em 11/09/2016. Disponível em: <https://goo.gl/INFikr>. Entrevista realizada por Patricia Fachin.

_____. *Da incompreensão das ruas à judicialização da política brasileira*. Revista do IHU, São Leopoldo, [21/03/2016], p. 70 – 82. Disponível em: <https://goo.gl/IZbpwf>. Entrevista realizada por João Vítor Santos.

_____. *A política brasileira com as vísceras expostas*. Entrevista especial publicada por IHU On-Line, em 15/12/2015. Disponível em: <http://goo.gl/A4KPml>. Entrevista realizada por Leslie Chaves e Patricia Fachin.

_____. *Crise política e a desconstrução do país*. Entrevista especial publicada por IHU On-Line em 23/09/2015. Disponível em: goo.gl/w8hPT4. Entrevista realizada por Patricia Fachin.

_____. *Insatisfação, turbulência e a disputa entre a velha e a nova política*. Revista IHU Online, n. 461, [23/03/2015], p. 38 – 43. Disponível em: <https://goo.gl/zOCNRY>. Entrevista realizada por Patricia Fachin.

_____; PALMQUIST, Helena. *A incansável denegação do genocídio e o índio inexistente*. Entrevista especial publicada por IHU On-line, em 12/08/2014. Disponível em: <http://goo.gl/F0gP0s>.

_____. *O “voto crítico” reelegeu Dilma. Pós-eleições, as contradições voltam à cena*. Entrevista especial publicada por IHU On-line, em 07/11/2014. Disponível em: <http://goo.gl/0imxli>. Entrevista realizada por Patricia Fachin.

_____. *A redução da alteridade do outro em mera representação do inimigo é pura violência*. Entrevista especial publicada por IHU On-Line, em 20/09/2012. Disponível em: <http://goo.gl/rpR3bw>.



UNISINOS